TCE-MT aponta necessidade de R$ 3 bilhões para resolver crise de saneamento em Várzea Grande

Presidente do tribunal defende choque de gestão e articulação política para universalizar água e esgoto no município.

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Sérgio Ricardo, defendeu um "choque de gestão" para resolver décadas de abandono na infraestrutura de água e saneamento de Várzea Grande durante audiência pública realizada no Ginásio Fiotão. Segundo o magistrado, a transformação do cenário depende de investimentos bilionários associados a articulação política em nível nacional.

O evento integrou as discussões sobre atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e modelagem da concessão dos serviços de abastecimento. Ricardo ressaltou seu compromisso com a segunda maior cidade mato-grossense, afirmando estar presente não apenas por sua posição institucional, mas como cidadão preocupado com o desenvolvimento regional.

A situação atual é crítica: 71% da população não possui acesso adequado aos serviços de saneamento, com perda de aproximadamente 60% da água produzida e cobertura de esgoto inferior a 29%. Levantamento técnico realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) projeta necessidade de investimentos entre R$ 2,03 bilhões e R$ 3,20 bilhões até 2060.

Para alcançar a meta de universalização de 90% até 2033, será indispensável ampliar a rede de coleta de esgoto de 403 quilômetros para 1.584 quilômetros. O presidente do TCE destacou que a infraestrutura existente encontra-se deteriorada em grande medida, impossibilitando distribuição adequada mesmo onde a água chega às redes principais.

Os dados revelam que apenas 53,88% dos domicílios recebem água pela rede de abastecimento. A precariedade reflete-se diretamente na vida cotidiana: 73,9% dos moradores sofrem com falta de água diária ou semanalmente. Benedito da Costa, aposentado do bairro Mangabeira, exemplifica essa realidade ao relatar dependência de carros-pipa fornecidos duas vezes por semana.

A prefeita Flávia Moretti enfatizou a importância de o plano se converter em política de Estado, transcendendo gestões administrativas específicas. O próximo passo será encaminhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara Municipal para análise e aprovação legislativa.

Simultaneamente, o TCE-MT mantém mesa técnica aberta desde dezembro de 2025, requerida pela Prefeitura para viabilizar solução para obras contratadas em 2016 com o Consórcio Lumevix. Essas intervenções, relacionadas ao Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia 02 incluindo a Estação de Tratamento de Esgoto Santa Maria, encontram-se paralisadas há quase nove anos devido a disputas judiciais, restrições ambientais e evolução física insuficiente.